

tamento Administrativo e Financeiro o licenciado José António Monteiro da Cunha, do quadro de pessoal privativo da Câmara Municipal de Cascais.

1 — Considerando que os titulares dos cargos de direcção intermédia são providos por despacho do dirigente máximo do serviço ou organismo.

2 — Considerando que o cargo de director do Departamento Administrativo e Financeiro do Instituto Português da Juventude (IPJ) se encontra vago e que até à publicação do novo diploma orgânico do IPJ se torna necessário preencher o referido lugar, ao abrigo do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio, em comissão de serviço, por três anos, para o exercício daquele cargo o licenciado José António Monteiro da Cunha, do quadro de pessoal privativo da Câmara Municipal de Cascais.

3 — A nomeação fundamenta-se nos conhecimentos e na experiência profissional do ora nomeado, que se evidencia na respectiva nota curricular, publicada em anexo ao presente despacho.

4 — A presente nomeação é feita por urgente conveniência de serviço e produz efeitos a partir de 22 de Agosto de 2005.

11 de Agosto de 2005. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Geraldes*.

#### ANEXO

##### Curriculum vitae

##### Dados pessoais:

Nome — José António Monteiro da Cunha;  
Nascido em 20 de Novembro de 1960;  
Nacionalidade — portuguesa;  
Naturalidade — Mafra, concelho de Mafra;  
Morada — Rua de Vasco da Gama, 14, 2.º, esquerdo, 2890-093 Alcochete.

##### Habilitações académica:

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa na menção de Ciências Jurídico-Políticas;  
Pós-graduado em Estudos Europeus (vertente Jurídica) pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;  
Pós-graduado em Direito Administrativo e Administração Pública pelo Instituto Superior de Tecnologia Empresarial;  
Diplomado com o curso de administração autárquica pelo Centro de Estudos e Formação Autárquica.

##### Experiência profissional:

Ingressou na Câmara Municipal de Almada como funcionário administrativo em 1980;  
Foi chefe da Divisão Administrativa e Financeira e notário privativo da Câmara Municipal do Alvito de 31 de Julho de 1990 a 5 de Julho de 1992;  
Foi director do Departamento Administrativo e Financeiro e notário privativo da Câmara Municipal do Montijo de 6 de Julho de 1992 até 17 de Julho de 2003;  
Foi director do Departamento de Gestão Financeira e responsável pelo Serviço de Execuções Fiscais da Câmara Municipal de Cascais até 27 de Setembro de 2004;  
Foi director do projecto do Aeródromo de Cascais até 22 de Agosto de 2005;  
É técnico superior assessor principal (jurista) do quadro privativo da Câmara Municipal de Cascais.

##### Formação profissional:

Curso de preparação pedagógica de formadores (DGAP), titular do certificado de aptidão profissional (CAP) do IEFP número EDF 23 841/2001-DL, válido até 3 de Dezembro de 2006;  
Formador de dirigentes e técnicos superiores da Administração Pública do Instituto Nacional de Administração, do Centro de Estudos e Formação Autárquica, da Associação dos Técnicos Administrativos Municipais, do Instituto Americano de Estudos da Comunicação, e da Direcção-Geral de Viação, nas áreas de direito administrativo, direito financeiro e orçamental, direito notarial, direito registral e contencioso administrativo.

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

**Despacho conjunto n.º 666/2005.** — A crescente importância do papel de Portugal na cena internacional acarreta consigo relevantes compromissos para a sua política externa, designadamente na dina-

mização da intervenção nacional nos organismos internacionais a que pertence. No domínio da transparência da Administração Pública e da desejável dinamização da informação dos cidadãos sobre as políticas públicas, nacionais e comunitárias, verifica-se a necessidade de continuar a contar com um elemento experiente e especializado na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia, em Bruxelas, necessidade que não pode ser satisfeita através dos instrumentos de mobilidade previstos na lei e que justifica a adopção de uma medida de descongelamento excepcional, desbloqueando um lugar indispensável.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 7 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 41/84, de 3 de Fevereiro, na redacção que lhe foi dada pelo artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 215/87, de 29 de Maio, e atento o disposto no n.º 11 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 18 de Maio:

Determina-se que, a título excepcional:

1 — Seja descongelada, para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, quadro de pessoal especializado, a admissão para o lugar previsto no mapa anexo ao presente despacho.

2 — A utilização da quota de descongelamento fica dependente da existente de cobertura orçamental.

24 de Agosto de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — Pelo Ministro de Estado e das Finanças, *Emanuel Augusto dos Santos*, Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento.

#### MAPA

##### Descongelamento excepcional para o Ministério dos Negócios Estrangeiros

Grupo de pessoal	Número de lugares
Pessoal especializado (categoria — conselheiro de imprensa) . . . . .	1
<i>Total</i> . . . . .	1

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL.

**Despacho conjunto n.º 667/2005.** — 1 — Ao abrigo do disposto nos artigos 6.º, n.º 1, 13.º e 29.º dos Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 322/91, de 26 de Agosto, é nomeado, para exercer o cargo de provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), Rui António Ferreira da Cunha, cujo currículo se publica em anexo, que para o efeito é requisitado ao Hospital de Santa Maria, mantendo deste modo o seu lugar de origem e todos os direitos nele adquiridos, considerando-se o tempo do exercício das funções para que agora é nomeado na SCML como prestado naquele lugar de origem.

2 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 24 de Agosto de 2005.

24 de Agosto de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

#### ANEXO

##### Curriculum

Nome — Rui António Ferreira da Cunha.  
Nascido em Lisboa em 23 de Outubro de 1944.  
Casado.

Actividade profissional, social e política:

Funcionário público do quadro do Hospital de Santa Maria desde 19 de Novembro de 1964, com a categoria de técnico superior de 1.ª classe;  
Director da Casa de Pessoal do Hospital de Santa Maria em 1973;  
Membro da comissão de gestão do Hospital de Santa Maria em 1974 e 1975;  
Fundador do Secretariado Nacional dos Hospitais em 1974 e seu dirigente em 1974 e 1975;  
Vogal da direcção dos Serviços Sociais do Ministério da Saúde de 1985 a 1989;